

PETIÇÃO (MOD) IMOBILIÁRIO

DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO

Recurso

re -

LOCAÇÃO — LEI 8.245/91 - INADIMPLEMENTO - ALUGUEL

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DAª VARA CÍVEL DA COMARCA DE, ESTADO DO (qualificação), inscrito no CPF/MF sob o nº, domiciliado em, Estado de, e residente na Rua nº, por advogado ao final assinado, com escritório profissional no endereço em timbre, à margem, constituído nos termos do incluso procuratório, vem propor AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CGC/MF sob o nº, com sede nesta cidade e Estado, representada por (qualificação), inscrito no CPF/MF sob o nº, domiciliado e residente em, Estado do, na Rua nº, que o faz com fundamento nos artigos 9ª, inciso III, 23, inciso I, 62 e seguintes da Lei 8.245, de 18.10.91 (LI), e demais disposições legais atinentes à espécie, pelas seguintes razões fático-jurídicas que aduz a seguir: 1. O autor concedeu em locação à ré, o imóvel situado em, Estado do, na Rua, cujo aluguel mensal atual é de R\$ (....), acrescidos de encargos, conforme faz prova o incluso contrato; 2. Sucede estar o inquilino em atraso no pagamento do aluguel e encargos do mês de do fluente ano, conforme cálculo, a seguir discriminado, do valor do débito (art. 62, I, da mesma lei): ano: mês: - aluguel: R\$ - IPTU: R\$ - Seguro: R\$ - Multa contratual (Cláusula) R\$ - Honorários (20%) R\$ - Correção monetária (TRJ 10/94) R\$ - Juros (até 11/94): R\$ Isso posto, requer a citação da locatária, via postal (art. 222, do CPC), para, no prazo legal, purgar a mora, querendo - aluguéis e acessórios - (art. 62, inciso II, da Lei 8.245/91), inclusive os que se vencerem até a efetivação do pagamento (alínea a, do citado dispositivo legal), juros de mora, correção monetária, despesas e custas processuais, honorários advocatícios e outros ônus judiciais (alíneas b, c e d do mesmo artigo), ou contestar a ação, hipótese em que deverá ser rescindida a locação com o decreto do despejo (arts. 9º, inciso III e 23, inciso I, da mencionada lei), e expedição do competente mandado, procedendo-se a execução de todas as verbas representativas da condenação, nestes autos. Requer, ainda, a cientificação do inteiro teor da presente ação, ao fiador: (qualificação) inscrito no CPF/MF sob o nº, domiciliado em, Estado do e residente na Rua Protesta, ainda, pela produção de provas em direito aceitas e admitidas, em complementação e se necessário. Confere-se à causa o valor de R\$ (....). Roga deferimento., de de Advogado